

20

CAPÍTULO

“A TERRA DO ABACAXI”: resistência dos agricultores familiares no município de Monte Alegre de Minas (MG)

Guimarães, Alessandra Rodrigues ^{1*}; Pessôa, Vera Lúcia Salazar ²

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG. Bolsista CAPES.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG - Orientadora/

* alessandraufu@gmail.com

RESUMO

O abacaxi, tanto para o Brasil, quanto para Minas Gerais, é um fruto importante, pois abastece o mercado interno e também o mercado externo, sendo que em Minas Gerais, 94% da produção de abacaxi está concentrada no Triângulo Mineiro, sobretudo, no município de Monte Alegre de Minas. Esta fruta possui importância econômica e social para o Município, objeto de estudo desta pesquisa, pois na década de 1980 a Cidade foi reconhecida nacionalmente como a “Capital Nacional do Abacaxi”, devido à sua produção anual de 149 milhões de frutos colhidos. O abacaxi em Monte Alegre de Minas, assim como em outros municípios de Minas Gerais e do

Brasil, é cultivado, em sua maioria, por agricultores familiares. Desse modo, a presente pesquisa objetiva compreender o papel da cultura do abacaxi e a sua importância no Município como forma de (re)produção da agricultura familiar. Como principais indagações, para conceber as orientações para a pesquisa, foram: a cultura do abacaxi contribui para a permanência da agricultura familiar em Monte Alegre de Minas; a cultura do abacaxi tem sido prejudicada por outros tipos de cultivos como soja, milho e cana-de-açúcar, introduzidos na década de 1990.

Palavras-chave: Produção de abacaxi; Agricultura familiar; Monte Alegre de Minas (MG)

Guimarães, Alessandra Rodrigues; Pessôa, Vera Lúcia Salazar; "A TERRA DO ABACAXI: resistência dos agricultores familiares no município de Monte Alegre de Minas (MG)", p. 324-342 . In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão (2. : 2014 : Goiás) **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - Volume 1 : Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais**. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015. ISBN: 978-85-8039-109-1, DOI 10.5151/9788580391091-V1_Cap20

1. INTRODUÇÃO

O cultivo de alimentos pelos agricultores familiares é expressivo para a economia brasileira, pois este setor é responsável por mais de 60% da produção de alimentos básicos para o consumo da população humana. Dentre os produtos cultivados, as frutas representam importante classificação de alimentos produzidos no País, sendo um importante produtor e exportador de frutas (FAO, 2010).

A produção de frutas no Brasil é significativa, abrangendo uma área total cultivada de 2,2 milhões de hectares distribuídos pelo País, e emprega em torno de 5,6 milhões de pessoas, correspondendo a 34% da mão-de-obra rural. Nesse contexto, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas, atrás apenas da China e da Índia. A produção em 2010, conforme dados da FAO, foi de 39 milhões de toneladas de frutas, o que representa 6% da produção mundial. A produção brasileira está voltada para frutas tropicais e subtropicais. Em virtude da qualidade do solo e das condições climáticas favoráveis, dentre as frutas produzidas, destacam-se a manga, maçã, banana, melancia, uva, laranja e abacaxi. Em relação à produção de abacaxi, a mesma está concentrada, principalmente na região Nordeste e Sudeste do País. No Nordeste, o destaque é para o Estado da Paraíba, principal produtor de abacaxi do território brasileiro e no Sudeste, o Estado de Minas Gerais lidera o ranking de terceiro produtor do País (FAO, 2010).

Esta fruta possui importância econômica e social para Monte Alegre de Minas, objeto de estudo desta pesquisa, pois na década de 1980 a Cidade foi reconhecida nacionalmente como a “Capital Nacional do Abacaxi”, devido à sua produção anual de 149 milhões de frutos colhidos. O abacaxi em Monte Alegre de Minas, assim como em outros municípios de Minas Gerais e do Brasil, é cultivado, em sua maioria, por agricultores familiares (Informação verbal, EMATER, 2013).

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é compreender as estratégias de reprodução dos agricultores familiares produtores de abacaxi, frente às transformações socioespaciais e econômicas no município de Monte Alegre de Minas (MG).

2. O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA: TECENDO A INVESTIGAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DE MINAS (MG)

Ao iniciar uma pesquisa é necessário ter clareza do objeto, pois são vários os caminhos que podem ser percorridos para atingir o resultado esperado. Cabe ao pesquisador adotar a metodologia adequada ao problema e aos objetivos da pesquisa. Assim, a pesquisa qualitativa será a abordagem adotada para o desenvolvimento desta pesquisa, com revisão teórica, pesquisa de campo, e coleta de dados em fontes primárias e secundárias.

Na perspectiva metodológica adotada, apoia-se em autores que subsidiam a problemática levantada e os objetivos a serem atingidos. Assim, ampara-se em autores que refletem sobre a questão da agricultura familiar como Abramovay (1992); Lamarche (1993); Wanderley (2001); FAO/INCRA (1996); Hespanhol (2000); Mendes (2005), entre outros.

A pesquisa documental tem como objetivo responder as necessidades da investigação científica, sendo utilizado este tipo de pesquisa para o uso de documentos, permitindo acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008).

Foram coletados informações e dados em sites de órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (dados sobre a produção de abacaxi); a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) (classificação dos produtores de abacaxi quanto à categoria: pequeno, médio e grande); o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (informação sobre políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar); o Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF) (produção de frutas no Brasil, dentre elas, a de abacaxi). Além disso, foram feitas pesquisas em sites referentes ao cultivo do abacaxi e a fruticultura.

O trabalho de campo na Ciência Geográfica é uma técnica muito utilizada e importante para a compreensão da realidade na qual se deseja estudar, porque ela vai além da mera observação, ela interpreta e compreende o fato observado. No desenvolvimento de uma pesquisa científica, o trabalho de campo é essencial para que o pesquisador entre em contato com o seu objeto de estudo, podendo observar e relatar com mais precisão o que está ocorrendo em sua área de análise (FERREIRA, 2012).

Para Santos e Pessoa (2009) o trabalho de campo é fundamental na pesquisa geográfica, pois representa o momento em que o pesquisador

estabelece um contato direto com a realidade estudada, interagindo com os sujeitos e apreendendo a maneira como eles se concebem em suas dinâmicas de vida e de trabalho no lugar em que vivem.

Na referida pesquisa, a realização da entrevista semi-estruturada proporciona perspectivas para o entrevistado alcançar liberdade em sua fala e espontaneidade no diálogo, podendo enriquecer ainda mais o processo de investigação. A estrutura da entrevista, que é composta por perguntas que foram oriundas de uma reflexão teórica e de informações primárias sobre a pesquisa, fazem com que o pesquisador possa refletir e instigar o entrevistado quando estiver aplicando a entrevista, para chegar ao objetivo proposto. O tempo de realização da entrevista é flexível, e também depende da situação na qual se encontra o entrevistado.

Durante a realização do trabalho de campo, foram feitas entrevistas com os agricultores familiares. Dentre estes, foram entrevistadas famílias que produzem abacaxi há mais de 20 anos, e também com as famílias assentadas pelo Banco da Terra, na década de 1990, que produzem abacaxi há 12 anos (três assentamentos), além de realizar entrevista com os líderes dos assentamentos, para conhecer a história de criação de cada assentamento.

A amostragem foi escolhida pelo tipo de não probabilística por acessibilidade ou conveniência (GIL, 2010, p. 104). Assim, do total de 600 pequenos produtores de abacaxi, serão entrevistados 10% desse total, correspondendo a 60 produtores familiares. Desse total, serão realizadas as entrevistas com as famílias assentadas que produzem abacaxi nos assentamentos. Serão entrevistadas as famílias que cultivam abacaxi dos assentamentos da Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Sol II (20 famílias que produzem abacaxi), da Associação dos Pequenos Produtores Regional de Monte Alegre II (2 famílias que produzem abacaxi), e do Assentamento Quilombo (5 famílias que produzem abacaxi), totalizando 27 famílias que produzem abacaxi. Quanto aos agricultores familiares tradicionais, serão entrevistadas 33 famílias que cultivam o abacaxi há mais de 20 anos.

Neste sentido, buscou-se analisar as entrevistas realizadas, comparando e observando as respostas de cada um, para tentar compreender como o avanço das monoculturas no município de Monte Alegre está interferindo na produção de abacaxi, principalmente pelos agricultores familiares, que estão deixando de cultivar este fruto e investindo em outras plantações.

3. AGRICULTURA FAMILIAR: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A incorporação da terminologia “agricultura familiar”, “explorações familiares”, “pequena produção rural familiar” na literatura brasileira, que retrata os processos sociais e agrários, surge no final dos anos de 1980 e, principalmente, em meados da década de 1990. Uma das justificativas, no campo teórico, é a busca de novos referenciais teóricos e analíticos que contribuam para a formação de um corpo de conceitos que extrapole os temas recorrentes, como a integração entre agricultura e a indústria e a ampliação do trabalho assalariado como sinônimo de desenvolvimento capitalista no meio rural.

Mas, acreditando na diversidade e na heterogeneidade das explorações rurais familiares, adotamos aqui, a terminologia de agricultura familiar proposta por Lamarche (1993), que se refere a uma unidade produtiva onde a família, ao mesmo tempo que trabalha, é proprietária dos meios de produção, incluindo aí vários segmentos de agricultores familiares. A esse pensamento, alia-se Wanderley (2001), que considera essa terminologia como a que melhor se aproxima e explica as heterogeneidades da produção familiar presentes no espaço agrário brasileiro.

O agricultor familiar, em seu estabelecimento, desenvolve as atividades agropecuárias em conjunto com sua família, produzindo produtos para o próprio consumo e também para a comercialização no mercado. A relação existente entre família-produção-trabalho na propriedade rural familiar é fundamental para o desenvolvimento do estabelecimento, pois essa união faz com que toda a família esteja envolvida no processo de produção, resultando assim na forma como eles irão se estabelecer economicamente.

A terminologia de agricultura familiar foi institucionalizada pelo Governo Brasileiro com a promulgação da Lei 11.326/2006, que define critérios para delimitar os estabelecimentos rurais que apresentam gestão familiar. A Lei em seu Artigo 3º define que

Art. 3º: Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de

atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
(LEI 11.326/2006, p. 1)

O estabelecimento familiar, de acordo com a Lei, não pode ultrapassar quatro módulos fiscais, indicando que são pequenas propriedades administradas pela própria família. Assim, as pequenas propriedades por possuírem um tamanho delimitado e também por não apresentarem renda suficientemente alta para se modernizarem, começam a ser ameaçadas pelas grandes propriedades, que, cada vez mais querem expandir sua área agricultável utilizando equipamentos modernos para cultivar produtos para serem exportados.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos em que a direção dos trabalhos na propriedade rural era exercida pelo produtor e o trabalho familiar superior ao trabalho contratado. A definição do universo familiar foi estabelecida a partir das condições básicas do processo de produção, como suas reações e respostas ao conjunto de variáveis externas, assim como a sua forma de apropriação da natureza (FAO/INCRA, 2000).

De acordo com crítica de Carneiro (2000), o caráter familiar da agricultura não se resume a uma quantificação do tempo trabalhado pela família confrontado ao trabalho assalariado que as unidades familiares podem, porventura, contratar. Para a autora, a especificidade do sistema familiar está na família responder pela organização técnica e execução das tarefas agrícolas, e principalmente pelo destino dado aos produtos desse trabalho. Nesse contexto, há uma amplitude enorme de sistemas familiares de exploração em que a família sintetiza uma rede de relações sociais que perdem sentido ao se resumirem às suas particularidades nas relações de mercado e de trabalho (MENDES, 2005).

O sistema familiar de exploração também se apoia nas relações sociais, de parentesco, de solidariedade, em um universo que extrapola o econômico e o político. Logo, as relações existentes no sistema familiar não são baseadas somente na especificação da quantidade de emprego da mão-de-obra familiar, vai muito além dessa relação de parentesco, ultrapassando as relações existentes dentro da própria propriedade. As duas formas se integram numa lógica específica do conjunto familiar, compondo as diferenças econômicas e de parentesco nas necessidades de se reproduzir enquanto um conjunto de atividade familiar.

Para Lamarche (1993, p. 15), agricultura familiar é “[...] uma unidade de produção agrícola onde trabalho e propriedade estão intimamente ligados à família”. A partir desse sentido, o conceito de agricultura familiar não pode ser confundido com as demais denominações de exploração na terra, pois cada categoria está vinculada a histórias e contextos socioeconômicos e políticos diferenciados.

Ainda, de acordo com Lamarche (1993), a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares e, em cada lugar, apresenta diversidades, de acordo com o modo de produção e o modelo agrícola adotados. Em alguns lugares, a agricultura familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado. Em outros lugares, ainda permanece arraigada na economia de auto-consumo. Pode ser reconhecida como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade ou, ao contrário, ser excluída de todo o desenvolvimento, sendo totalmente desacreditada.

Concordando com Lamarche (1993), quando ele propõe uma teoria que os agricultores familiares são portadores de uma tradição, cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida, mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade globalizada.

Para Wanderley (2001), a agricultura familiar, por estar diante de todas as transformações que ocorrem no mundo, sejam econômicas ou sociais, faz com que os agricultores familiares se adaptem a esse novo contexto imposto pela sociedade, tentando assim se reproduzirem, transformando-os em agentes da agricultura moderna, sendo gestados a partir do interesse do Estado. A referida autora mostra que para o pequeno agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte, ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro.

Ainda, a referida autora destaca que a agricultura familiar deve ser compreendida

[...] como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho

tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 2001, p. 26).

A definição da terminologia de agricultura familiar é pertinente para a compreensão do ator social na qual estamos nos referindo, temos a convicção de que o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças dominantes vindas de fora do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse entrelaçado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E ele o faz recorrendo à sua própria experiência e procurando adaptar-se aos novos desafios do desenvolvimento rural, tendo a capacidade de resistir e de adaptar às transformações mais gerais da sociedade.

Ainda de acordo com Abramovay (1990), as unidades familiares possuem um peso significativo do desenvolvimento da agricultura no sistema capitalista, pois esta se baseia em produções naturais da agricultura, operando a partir dos elementos da própria natureza, não utilizando somente produtos geneticamente modificados. A produção familiar “[...] opõe obstáculos intransponíveis ao avanço da divisão do trabalho, impedindo que o setor trilhe o rumo de outros segmentos econômicos no mundo contemporâneo.” (ABRAMOVAY, 1990, p. 310).

Os agricultores familiares lutam para continuarem no campo sua reprodução, tentam adaptar a todas as transformações ocorridas na sociedade, seja no âmbito da economia, da tecnologia ou da cultura. Estes grupos de famílias habitam-se às alterações ocorridas em seu entorno, pois se não adaptarem, serão excluídos de todo o processo produtivo.

Abramovay (1992) destaca o papel da agricultura no processo geral de acumulação. A agricultura assume um papel estratégico na economia capitalista, permitindo o rebaixamento dos preços alimentares e de matérias-primas para outros setores da economia capitalista. Esse processo é viabilizado pela simplicidade social do setor agrícola, pela intervenção do Estado e pelas particularidades naturais. No caso deste último, o autor chama a atenção pelo uso ‘absurdo’ da expressão, tão utilizada na nossa literatura, ‘industrialização da agricultura’. O caráter natural, o peso das determinações biológicas, o fato da agricultura lidar diretamente com elementos vivos, expressa os limites a que está sujeita a própria divisão do trabalho no campo, colocando-se como elemento decisivo para sua compreensão.

Outra discussão acerca da agricultura familiar é apresentada por Hespanhol (2000). A autora afirma que

[...] a utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram a valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar. (HESPANHOL, 2000, p. 2).

Dessa forma, pode-se afirmar que os agricultores familiares da sociedade contemporânea sobrevivem, frente aos novos desafios, lançando mão do conhecimento e da experiência que aprenderam a usar ao longo de sua formação e de sua existência. Toda essa experiência de vida e de trabalho reflete, também, sobre os vínculos de proximidade e das relações de confiança construídas entre as famílias rurais. Acredita-se que esses vínculos sócio-afetivos podem tornar-se fonte decisiva de desenvolvimento. As estratégias de sobrevivência e de resistência conciliam os recursos disponíveis na unidade de produção, como a constituição do patrimônio fundiário, a ocupação dos membros da família em atividades no estabelecimento ou fora dele, as relações de trabalho informais, como a troca de dia de serviço entre parentes e vizinhos, a intensidade do trabalho, dentre outros.

4. A RESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES FRENTE ÀS MONOCULTURAS

Os agricultores familiares de Monte Alegre de Minas são bastante diversificados em relação à produção agrícola, e não focam somente em um produto, cultivam produtos variados, caso haja algum prejuízo em relação a uma determinada plantação, eles não saem tão prejudicados, e também para poder atender a economia local com uma gama de diferentes produtos.

As famílias que residem no meio rural, de um modo geral, estão procurando diversificar cada vez mais sua produção e comercializar seus produtos diretamente com seus fregueses, e esse fator é tido como estratégia de assegurar

os rendimentos necessários para sustentar sua família e manter sua propriedade. As feiras livres existentes no Município viabilizam esse mecanismo. Mas para que os agricultores conseguissem mais êxito na comercialização dos seus produtos, seria necessário que se organizassem em cooperativas ou associações para terem auxílio tanto na produção quanto na comercialização. Com isso, teriam um melhor caminho a percorrer, obtendo melhores rendimentos com seus produtos.

Os agricultores familiares articulam uma combinação de produção para o auto-consumo e para a comercialização, como a criação de bovinos, suínos, aves, leite, ovos, queijos, farinhas, polvilho, doces, quitandas, pimenta, jurubeba, hortaliças, abacaxi, mandioca, maracujá, milho, dentre outros, como estratégias de sobrevivência do estabelecimento rural e da família.

Os agricultores familiares cultivam alguns produtos para o próprio consumo buscando satisfazer suas necessidades, como o milho, hortaliças, mandioca, abacaxi, leite, suínos e aves, e comercializam o excedente. Assim, as necessidades têm que se adequar a esses pequenos rendimentos, somados geralmente a uma renda extra, como a aposentadoria, pois em algumas propriedades, o patriarca da família já está em idade avançada, recebendo o auxílio de aposentadoria, e também alguns serviços prestados fora da propriedade familiar, trabalhando nas propriedades vizinhas e na cidade, como motorista e ajudante de serviços gerais. Geralmente, as pessoas que compram os produtos das famílias residem na área urbana do Município, comprando os alimentos que são consumidos no dia-a-dia, além das feiras e pequenos mercados. Quanto ao fruto do abacaxi, este é vendido para outras regiões, que além do Triângulo Mineiro, é vendido também para outros Estados como São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O cultivo do abacaxi pelos agricultores familiares é uma forma encontrada para conseguirem uma renda extra a cada final de safra, pois este tipo de cultura necessita de tempo para realizar a colheita, variando de 18 a 22 meses após o seu plantio. Os produtores de abacaxi conciliam este cultivo com outra lavoura, pois precisam de renda para sobreviver e para a manutenção da família e da propriedade. Com isso, além de plantar e cultivar alimentos que são consumidos no dia-a-dia, como hortaliças e galináceos, também plantam mandioca, alternando a colheita com o abacaxi.

O cultivo de mandioca também está sendo uma estratégia de reprodução dessas famílias, pois, diferentemente do abacaxi que exige um prazo para realizar a colheita, porque os frutos podem estragar, com a mandioca não ocorre esse problema. Ela pode ficar bastante tempo embaixo da terra e sua conservação é garantida. Por este fator, os agricultores familiares estão aderindo cada vez

mais o plantio de mandioca, e também pelo fato de ter maior valor agregado ao produto, pois eles não gastam tanto com insumos agrícolas quanto no plantio de abacaxi. Além de vender o produto in natura, as famílias também produzem farinha e polvilho, produção de forma artesanal. Dessa forma, conseguem agregar mais valor ao produto. Para a confecção da farinha e do polvilho, todos os membros da família são envolvidos, e o trabalho é bastante cansativo, porém afirmam que não faltam compradores para seus produtos.

As famílias conseguem adaptar-se às novas exigências que a sociedade impõe, sempre com muita dedicação e esforço para alcançar o objetivo principal, que é a garantia de sobrevivência da própria família e da sua propriedade. A tradição em cultivar o abacaxi ainda persiste até os dias atuais, principalmente, pelas famílias que moram na zona rural, que veem muito além da remuneração que ela gera. As famílias conseguem enxergar como esse fruto faz parte da história do município, em como ele transformou e ainda transforma o território agrário de Monte Alegre de Minas.

Em relação à assistência técnica prestada pela Prefeitura do Município, alguns produtores relataram que não utiliza este tipo de assistência porque a Prefeitura só os auxilia com tratores, mas para isso, é preciso que o tratorista seja pago por hora trabalhada. Nos dias úteis (2^a a 6^a feira da semana), é cobrado um valor de R\$ 50,00 por dia, e nos finais de semana e feriados, os motoristas cobram um valor de R\$ 70,00 o dia trabalhado, mais o combustível utilizado. Porém, todos os entrevistados afirmaram que é complicado utilizar este tipo de auxílio, pois estes tratores são usados para outros tipos de serviços que a prefeitura necessita realizar.

Sobre a assistência técnica prestada pela EMATER, os produtores afirmaram que eles dão apoio e auxílio, mas que é um pouco complicado agendar uma visita técnica em suas propriedades, pois há somente um técnico agrícola para atender todo o Município. Dos entrevistados, 60% utilizam o auxílio prestado pela EMATER e 40% dizem não usar este tipo de apoio porque eles já possuem conhecimento sobre o cultivo de determinadas plantações, como o plantio de abacaxi.

Quanto ao uso de agrotóxicos para o cultivo do abacaxi, 100% afirmaram que utilizam inseticida, fungicida, bactericida e herbicida, todos estes utilizados para combater doenças e pragas dos abacaxizeiros e das lavouras. O consumo dos agrotóxicos, como de adubos e fertilizantes químicos, corresponde a um investimento elevado, fazendo com que o produtor tenha um gasto maior para cultivar o fruto, ocasionando um aumento na produção, mas o valor agregado ao produto é relativamente baixo, sendo o preço varia na safra e na entressafra.

Os depoentes afirmaram que este preço varia de acordo com a época do

ano. Se o fruto é vendido na época em que o abacaxi está sendo colhido pela maioria dos produtores rurais do Município, a fruta é vendida em torno de R\$ 0,30 a R\$ 0,60 centavos de Real, diretamente da plantação. Porém, se a fruta é comercializada em uma época em que só alguns produtores comercializam, o preço pode chegar de R\$ 1,00 a R\$ 1,50 a unidade do abacaxi, ou seja, isso fora do período da safra. Esse valor é comercializado com os “atravessadores” da região, e eles revendem as frutas para os supermercados, as Ceasas, dentre outros estabelecimentos, com um valor um pouco mais alto.

A aplicação dos agrotóxicos nas lavouras pelos agricultores familiares exige certo cuidado, pois são produtos químicos nocivos ao ser humano e ao ambiente. Por este fato, é preciso ter cautela em sua aplicação, utilizando equipamentos apropriados e destinando corretamente a embalagem dos produtos. Dos produtores entrevistados, 90% afirmaram que utilizam os equipamentos de proteção pessoal, como luvas, máscaras e roupas adequadas, e somente um produtor relatou não utilizar os equipamentos pessoais para proteção, porém ele alegou que nunca sofreu nenhum caso de intoxicação com os produtos químicos. Já outro produtor relatou que sofreu intoxicação com a inalação dos agrotóxicos, pois na ocasião não estava devidamente protegido para fazer a aplicação dos produtos, e como consequência desta intoxicação, ele teve náuseas, vômito e tonturas. Após sofrer com os efeitos dos agrotóxicos, este produtor sempre utiliza os equipamentos de proteção pessoal para fazer o combate nas lavouras.

A respeito da destinação correta das embalagens dos agrotóxicos, 90% dos agricultores familiares afirmaram que devolvem para as lojas que compraram os produtos, disseram ainda que, ao fazer a compra, os vendedores informam sobre a necessidade de fazerem a devolução, pois as mesmas são podem ser recicladas ou incineradas. Somente 10% dos depoentes afirmaram que fazem a queima da embalagem, e afirmou não ter conhecimento que era preciso devolver os recipientes para as lojas (Pontos de revenda). Geralmente, como os agricultores familiares adquirem uma quantidade relativamente pequena de agrotóxicos, não possuem a preocupação de encaminhar corretamente os recipientes para os locais de origem, ocasionando assim mais poluição ao ambiente.

Sobre as técnicas e infraestrutura empregadas no processo de plantio e de colheita do abacaxi, os produtores destacaram que é necessário investir em técnicas modernas de produção. E, no caso do abacaxi, uma das inovações tecnológicas importantes para aumentar a produção e produtividade é o processo de irrigação. Essa técnica ainda é pouco utilizada em Monte Alegre devido ao alto preço dos equipamentos. Os produtores disseram que já houve muitos avanços, pois antes, eles usavam a força animal no preparo do terreno

para o plantio e hoje, utilizam a força mecânica, como o trator, por exemplo, para a preparação do solo e também para “riscarem” o solo, para que as mudas de abacaxi sejam plantadas.

A partir dessas considerações, compreende-se que a produção familiar em Monte Alegre de Minas é bastante diversificada e importante para a continuidade da tradição e da persistência dos agricultores familiares, pois, mesmo enfrentando todas as dificuldades para continuarem no campo, plantando outros tipos de cultivos para obterem um pouco mais de renda, a produção de abacaxi ainda é importante para a fixação deles no campo, para a manutenção da família e da propriedade, pois, além dos agricultores serem importantes para a consolidação histórica do município, ainda conseguem resistirem e procuram manter-se nessa atividade como uma forma de lutar contra os diversos problemas que surgem a cada dia.

Tanto no plantio como na colheita é necessário a contratação de trabalhadores, e esse número varia de acordo com o tamanho da propriedade. Porém, na fase de crescimento dos frutos também é utilizada mão-de-obra contratada, pois é preciso fazer a manutenção da lavoura, capinando e retirando os matos que ficam entre as fileiras da plantação. Também, quando os frutos estão chegando à fase de maturação, é necessária a mão-de-obra desses trabalhadores para envolvê-los com folhas de jornais para proteção, e impedir que o fruto seja queimado pelo sol. Este trabalhador contratado recebe, em média, R\$ 50,00 o dia trabalhado.

Com relação às terras que os agricultores produzem, 70% afirmaram que elas são próprias, e 30% dos entrevistados afirmaram que são terras arrendadas ou que eles produzem nas terras dos pais ou avós sem pagar taxa alguma pela utilização. Os produtores que utilizam estas terras para cultivar o abacaxi residem na cidade de Monte Alegre, sempre fazendo o percurso Cidade-campo para trabalhar. Os produtores que arrendam as terras para o cultivo do abacaxi exercem apenas essa atividade. Já os que possuem terra própria residem na propriedade e plantam outros tipos de culturas, como o milho, a mandioca, a melancia, hortaliças, criação de animais e a pecuária leiteira. No entanto, o carro chefe da renda é o abacaxi, em seguida a pecuária leiteira.

Sobre a comercialização do abacaxi, em geral, ela é realizada com o fruto ainda no campo, antecipadamente e a granel (chamada pelos produtores de venda da roça fechada). Leva-se em conta o tamanho e a aparência do fruto, de acordo com os padrões das variedades. Para os grandes mercados consumidores do modo in natura, seguem os frutos de primeira qualidade, sadios e com peso igual ou acima de 1,5kg. Os que não atingem esse padrão

são vendidos nos mercados locais, perto das regiões produtoras, ou são destinados à industrialização.

O valor da fruta varia de acordo com a época do ano, pois a sazonalidade interfere no valor em que a mesma é vendida. A melhor época para comercializar a produção é entre os meses de fevereiro a maio, porque ocorre uma diminuição na oferta e um aumento na procura, e isso fazem com que o preço seja elevado. Geralmente, nos meses de junho a janeiro têm-se os preços mais baixos da fruta, pois é a época de colheita na maioria das propriedades rurais que cultivam o abacaxi, e com isso há oferta no mercado, fazendo com que o valor da fruta seja muito inferior à outra época do ano.

De acordo com as entrevistas realizadas com os agricultores familiares de Monte Alegre de Minas, referentes à comercialização da fruta do abacaxi, todos entrevistados afirmaram que vendem grande parte das frutas (as frutas que alcançaram boa aparência e peso ideal) nas Ceasas de Uberlândia e de Belo Horizonte. Porém, os produtores não vendem diretamente para as Ceasas, mas para os atravessadores, normalmente da cidade de Monte Alegre de Minas. A outra parte da produção, aqueles frutos que não alcançaram o peso ideal para a comercialização em outras regiões, são vendidos para os comércios locais, principalmente, para os vendedores que ficam “às margens” da rodovia, comercializando a fruta.

Percebe-se que as dificuldades enfrentadas no processo produtivo pelos agricultores familiares foram elencadas por 90% dos entrevistados, dentre elas estão a comercialização da produção, pois os “atravessadores” compram o abacaxi e na maioria das vezes não pagam ou demoram pagar; ocorre a falta de assistência técnica por meio dos órgãos públicos e a falta de incentivos da prefeitura municipal para a produção de abacaxi; a incerteza da venda dos frutos na hora da colheita; a dificuldade em arrendar terras de melhor qualidade e próximas à água; a falta de mão-de-obra qualificada; e problemas referentes aos insumos para o cultivo, pois grande parte deles não são registrados para o plantio do abacaxi. Os outros 10% dos entrevistados afirmam que enfrentam dificuldades referentes à modernização do cultivo do abacaxi, pois não possuem capital para a implantação de irrigação nas lavouras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de abacaxi em Monte Alegre de Minas é sustentada pela produção familiar. No Município há 600 pequenos produtores que cultivam a fruta, se reproduzindo e resistindo constantemente contra o avanço no agronegócio

no meio rural. A resistência dessas famílias demonstra como a produção de abacaxi é importante para o município, dando sustentação econômica para as famílias e para Monte Alegre de Minas, pois, mesmo o Município não sendo mais detentor do título de “Capital Nacional do Abacaxi”, os agricultores familiares sustentam o título de maior produtor da região.

A partir dessas considerações, compreende-se que a produção familiar em Monte Alegre de Minas é importante para a continuidade da tradição e da persistência dos agricultores familiares, pois mesmo enfrentando todas as dificuldades para a produção de abacaxi, eles ainda resistem e procuram se manter nessa atividade.

Dessa forma, ao analisar a realidade na qual os agricultores familiares, produtores de abacaxi estão vivendo, compreende-se que estão resistindo contra o avanço do agronegócio no meio rural, estão lutando para permanecer em suas terras e continuarem sua produção, mesmo com todas as dificuldades citadas, eles persistem em cultivar o abacaxi. É importante salientar que a produção do abacaxi, tanto para os produtores quanto para o próprio Município, possui um papel econômico e social importante, por causa da produção, dos empregos gerados, dos comércios na cidade voltados para a demanda da produção de abacaxi, das agroindústrias processadoras de abacaxi. Além de ser importante para a economia, para a história, para a identidade e para a cultura dos *montealegrenses*.

Title: "THE LAND OF PINEAPPLE": strength of family farmers in the municipality of Monte Alegre de Minas (MG)

Abstract

The pineapple, both for Brazil and for Minas Gerais is an important result because it supplies the domestic market and the foreign market, and in Minas Gerais, 94% of the pineapple production is concentrated in the Minas Triangle, especially in Monte Alegre de Minas. This fruit has economic and social importance to the county, the subject of this research, since the 1980s the city was nationally recognized as the "National Capital Pineapple" due to its annual production of 149 million harvested fruits. The pineapple in Monte Alegre de Minas, as well as other municipalities in Minas Gerais and Brazil, is grown mostly by small farmers. Thus, this research aims to understand the role of the pineapple crop and its importance in the city as a way of (re) production of family farming. Main questions, to design guidelines for the research were: the pineapple contributes to the persistence of family farming in Monte Alegre de Minas; the pineapple has been undermined by other crops such as soybeans, corn and sugar cane, introduced in the 1990.

Keywords: Pineapple production; Family farming; Monte Alegre de Minas (MG).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 1992.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm> Acesso em: 10 out. 2013.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 205-316.
- FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. 1996.
- FERREIRA, Ana Paula da S. de O. **Territórios em conflito: a Comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora**. 2012. 169f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) — Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente**. 2000. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). **Agricultura familiar: do mito à realidade**. Tradução de Jehovanira C. de Souza. Campinas: Ed: UNICAMP, 1998.
- MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção familiar em Catalão (GO): a Comunidade Coqueiro**. 2001. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.
- _____. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2005.
- SANTOS, Joelma Cristina dos; PESSÔA, Vera Lúcia S. A pesquisa de campo nos canais do oeste paulista: o universo dos trabalhadores rurais entre a “sua forma de ser” e a exploração do seu “ser”. In: RAMIRES, Julio Cesar de L; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 123 – 138.
- WANDERLEY, Maria Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. cap. 1, p. 21-56.